

A EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: uma análise a partir da proposta dos temas transversais para o ensino fundamental na perspectiva dos educadores

EDUCATION AND SEXUAL AND GENDER DIVERSITY: an analysis from the proposal of cross-cutting subjects for fundamental teaching in the perspective of educators

Marco Antonio Diniz Bastianini¹
Eliana Bolorino Canteiro Martins²

RESUMO: Este artigo resulta-se de uma pesquisa que culminou em uma dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca no ano de 2017, e teve como objetivo analisar por meio de pesquisa de campo na perspectiva do materialismo histórico dialético com abordagem quanti-qualitativas e os educadores realizam a reflexão sobre o tema diversidade sexual e de gênero em suas práticas e quais são os limites e as possibilidades da inserção deste debate no processo educativo tendo como referência os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998.

Palavras-chave: Educação. Diversidade Sexual e de Gênero. Serviço Social.

ABSTRACT: *This article is the result of a research that culminated in the master's thesis presented to the Graduate Program in Social*

¹Assistente Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE) e mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. marcobastianini@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). elianacanteiro@terra.com.br

Work by the Faculty of Human and Social Sciences of Franca in the year 2017, and had as objective to analyze through field research from the perspective of dialectical historical materialism with a quantitative approach if educators reflect on the theme of sexual and gender diversity in their practices and what are the limits and possibilities of inserting this debate into the educational process, with reference to the Transversal Themes of National Curricular Parameters 1998.

Keywords: *Education. Sexual and Gender Diversity. Social Work.*

INTRODUÇÃO

Este texto não tem como pretensão esgotar todas as possibilidades de reflexão sobre um assunto que tem gerado tantas discussões nos diversos espaços sociais e institucionais, ao contrário, pretende-se realizar-se contribuições que, apesar de sabermos ser sucintas e passíveis de novas reflexões, podem colaborar no processo de reconstrução da realidade que, em um primeiro momento nos salta aos olhos como abstração pura e imediata.

Neste sentido, realizar-se-á apontamentos breves, porém contundentes acerca da realidade da diversidade sexual e de gênero, assim como também os possíveis contornos que esta realidade assume no âmbito da educação formal.

Importa ressaltar que a partir da compreensão da realidade concreta por meio da apreensão dos dados referentes à pesquisa de campo realizada foi possível adensar tais reflexões, visto que teoria e prática devem ser unidades.

Ademais, este artigo científico se resulta de uma pesquisa que culminou em uma dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em Serviço

Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca no ano de 2017, e se justifica pela necessidade de se compreender, mas também se contribuir para o enfrentamento da realidade discriminatória e injusta que muitas pessoas vivenciam por apresentar um elemento que a todos os seres humanos é condição basilar: a diversidade.

1. DIVERSIDADE(S)EM TENSÃO: REFLEXÕES SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO E O CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

A princípio, antes mesmo de se compreender a questão da diversidade sexual e de gênero, se faz necessário realizar um breve resgate do conceito de diversidade humana, que aqui representa o conjunto de elementos que desenha a identidade do ser, que permite com que nenhum sujeito se iguale em singularidades, apesar dos intrínsecos elementos que coletiviza os sujeitos. Ou seja, vislumbra-se a diversidade enquanto uma categoria propriamente contraditória e múltipla, e por isso mesmo, básica para a existência da humanidade.

A fim de se compreender o significado da sexualidade e do gênero enquanto categorias de análise para compreensão de vivências sociais vinculadas à prática sexual, bem como às representações sociais dadas aos corpos, é necessário buscar a apreensão do papel do patriarcalismo na história da humanidade.

É possível perceber que tanto no que se refere à constituição das formas de se vivenciar a prática sexual quanto na elaboração dos papéis sociais dados aos corpos sexuados, elementos que carregam as marcas culturais da religião bem como da economia sempre estiveram

intrínsecos a estes processos no decorrer da história, marcas estas que se desenrolam sob o signo da dominação masculina.

O patriarcado pressupõe a dominação-exploração sobre a mulher em todos os espaços da vida – pública e privada – e serve, no capitalismo, para a manutenção do poder do macho, branco, heterossexual e pertencente à classe dominante. A “máquina do Patriarcado” confere aos homens o direito de explorar-dominar as mulheres, independente da presença da figura humana a quem é direcionado tal poder (SAFFIOTI, 2004). A (re)produção da ordem capitalista realiza-se na manutenção da apropriação da vida pelo trabalho, espraiando sua dominação ideológica, política e econômica em todos os espaços de vida. O capital sobrepuja a individualidade dos sujeitos (OLÍVIO, 2014, p.8)

Outrossim, com o advento da contemporaneidade, o que se percebe é uma descompressão da sexualidade, que se avoluma por meio da proliferação de discursos que passam a regular e classificar as sexualidades por via da própria cientificidade.

Visualiza-se que a categoria de análise gênero surge a partir da própria movimentação contraditória do real, quando do levante das mulheres contra as injustiças sociais que historicamente sempre as assolavam.

Por outro lado, é a partir das concepções pós-estruturalistas que esta categoria passa a assumir caráter relacional, ou seja, se estabelece enquanto própria para a explicação da existência das identidades sexuais de homens e mulheres, em movimentos correlacionais. A

proposta destas concepções é a superação do binarismo homem-mulher para a compreensão da categoria gênero.

Tais concepções guardam alguns limites epistemológicos quando pensados no contexto da análise social, econômica e cultural pelo viés da teoria social crítica marxista, como por exemplo, o fato de suspenderem a própria ontologia do significado do poder e da dominação.

A reflexão acerca das nuances da diversidade sexual e de gênero sustenta-se pela própria demarcação dos limites da vivência desta mesma diversidade no âmbito da sociabilidade regida pelo patriarcalismo heteronormativo.

As masculinidades em detrimento das feminilidades subalternizam todas aquelas expressões de identidade de gênero e de vivência da sexualidade que fuja do padrão estabelecido socioculturalmente pela norma heterossexual patriarcal.

Neste sentido, as proposições pós-estruturalistas contribuem para o descortinamento da multiplicidade de possibilidades de vivência da diversidade, ao passo que sugerem uma abertura das condições identitárias.

Destarte, os sujeitos que não se enquadram nas normas heterossexuais vivenciam processos de opressão que são úteis ao próprio Capital, ao passo que este elabora mecanismos que possibilitam sua ampliação por via da própria ideologia.

A opressão ganha forma por intermédio da discriminação, da violência multifacetada, da naturalização de preconceitos, da estereotipia e da estigmatização, nos âmbitos da infraestrutura e superestrutura social. O resultado é a exterminação de toda uma população:

343 LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) foram assassinados no Brasil em 2016. Nunca antes na história desse país registraram-se tantas mortes, nos 37 anos que o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta e divulga tais homicídios. A cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Matam-se mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT. [...] 31% desses assassinatos foram praticados com arma de fogo, 27% com armas brancas, incluindo ainda enforcamento, pauladas, apedrejamento, muitos crimes cometidos com requintes de crueldade: tortura, queima do corpo. Travestis geralmente são assassinadas a tiro ou espancadas na rua, enquanto gays são mortos dentro de casa, com objetos domésticos: facas, fios elétricos, sufocados na cama, muitas vezes encontrados pelos vizinhos somente pelo odor do corpo já em putrefação (GGB, 2016, p.1).

2. EDUCAÇÃO FORMAL E A INTERFACE COM A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Acerca da questão da educação e sua interface com a diversidade sexual e de gênero, é imprescindível iniciar a discussão a partir da reflexão do significado da educação na sociedade.

A educação é uma prática social humana, portanto ontológica ao próprio ser social, mas se institucionaliza a partir dos processos de divisão social dos homens em

classes sociais, e vai carregar ao longo de seu percurso de desenvolvimento na história da sociedade, contradições que marcam objetivos antagônicos e espaços de disputa sociopolítica.

A educação formal passa a ser reconhecida como direito social a partir da própria movimentação da sociedade, especificamente da classe trabalhadora que vai a busca da conquista de direitos sociais em um momento de ebulição de transformações no mundo do trabalho. Porém, mesmo em patamar de direito social, a educação, assumida agora pelo Estado como responsabilidade de sua incumbência configurada como política educacional, se apresenta em posição dual: objetiva a simplificação e mediatização da formação de força de trabalho e também a formação de novos dirigentes políticos e econômicos.

Ressalta-se que na trajetória histórica da política educacional, tal dualidade se estabelece de forma constante, representada por uma educação tecnicista para os pobres e uma educação propedêutica para os ricos. Guardando as devidas proporções e particularidades de cada contexto histórico político-sócio-econômico, com avanços e retrocessos, essa marca permanece até os dias atuais.

A reestruturação produtiva iniciada no final do século XX impôs um reordenamento do papel do Estado frente às políticas sociais logradas pelas lutas sociais. Dentro dos marcos do capitalismo mundializado uma noção moderna de cidadania é encampada pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, a UNESCO, que acirram sua interferência nos países de capitalismo dependente como o Brasil, ditando orientações implícita e explicitamente neoliberais para a organização das políticas sociais, de forma particular, para a política educacional.

Os currículos educacionais vão também sofrer incidência dos preceitos neoliberais, engendrando processos direcionados à profissionalização e tecnificação da força de trabalho que necessita cada vez mais ser polivalente frente às demandas que se apresentam no mundo do trabalho.

A não realização do caráter de formação humana da política de educação a partir das proposituras de políticas sociais engessadas e que se aportam aos preceitos ideológicos políticos e econômicos neoliberais caminha ao lado da possibilidade de resistência e enfrentamento dessa mesma realidade, haja vista que são os próprios atores sociais partícipes da política de educação que vão dar o tom de sua objetivação terminal, no espaço da escola.

Vislumbra-se dessa forma as possíveis posições críticas dos educadores dentro dessa realidade propriamente contraditória, posições essas que através de atividades educativas de caráter emancipatório, desempenham papéis fundamentais na potencialização do senso crítico coletivo.

Bastante variados são os espaços para a realização destas atividades. Na sala de aula, em eventos dentro e fora do âmbito escolar, no laboratório, na pesquisa e publicação, em atividades de extensão, cursos e palestras, grupos de estudo e pesquisa, na participação nas mais diversas lutas dentro e fora do espaço escolar etc. Não existe receita para sua realização porque cada situação é diferente da outra. Então, a criatividade, a iniciativa e a disposição são elementos fundamentais (TONET, 2014, p.21).

A incorporação das demandas históricas da

sociedade no âmbito da educação acontece por meio de propostas das mais diversas naturezas. Concepções antagônicas sobre uma mesma demanda são corporificadas no campo dos currículos escolares, das propostas político-pedagógicas e das ações e projetos governamentais que incidem na educação e que resvalam nas atividades realizadas no âmbito do espaço educacional, inclusive na sala de aula.

Assim, é intentado inserir no âmbito da educação escolarizada as reflexões acerca da sexualidade, por meio de propostas que hora vislumbram possibilidades de desvendamento do real e hora perpetuam discursos hegemônicos androcêntricos.

Reitera-se aqui a possibilidade de a educação, e especificamente aquela que ocorre nas escolas, enquanto processo de ensino-aprendizagem se caracterizar como instrumento que possa atuar na construção de autonomia e potencialização da consciência crítica dos sujeitos.

É necessário evidenciar que a educação escolar neste sentido se articula com as demandas emergentes do cotidiano da vida dos sujeitos. No processo ensino-aprendizagem a exibição dessas demandas se dá de forma latente, o que exige que a escola esteja preparada para o trato destas. Os estudantes, ao adentrarem no espaço da sala de aula levam consigo todas as expressões da questão social, pois enquanto sujeitos sociais que são, não se fragmentam ao se inserirem nos diferentes espaços. São, portanto, como todos somos, a soma dos movimentos contraditórios dos inúmeros elementos que os constituem.

É dessa forma que se visualiza aqui a proposta dos Temas Transversais, referente aos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) de 1998, proposta esta que carrega diversas vicissitudes que se vincula às

problemáticas citadas, mas que apresenta também uma possibilidade de se articular múltiplos elementos educacionais realizando flexões e tensionamentos no empreendimento de ações que contemplem a diversidade sexual e de gênero na perspectiva crítica.

Os Temas Transversais constituem um esforço no sentido de propor à escola a abordagem de temas que possam estabelecer conexão com a vida cotidiana dos estudantes através dos próprios conteúdos postos no interior do currículo.

3. AREALIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

A pesquisa exploratória de campo teve como objetivo analisar quais são as concepções de diversidade sexual e de gênero dos educadores de uma escola pública estadual de ensino fundamental – anos finais (sexto ao nono ano) de uma cidade média³ no interior do estado de São Paulo, assim como se eles realizam o debate e a reflexão sobre diversidade sexual e de gênero a partir da referência dos Temas Transversais. Objetivou-se também compreender quais são as manifestações latentes que emergem por parte dos estudantes a partir destas ações e quais são os limites e

³ Silva (2013) traz elucidações acerca do estudo do conceito de cidades médias, quando, a partir de seus levantamentos bibliográficos, este novo conceito amplia a antiga concepção de cidades de porte médio, superando as considerações puramente quantitativas de demografia e incluindo nesta concepção ampliada os aspectos que dizem respeito à função que estas cidades desempenham na rede urbana, a importância regional das mesmas, as características socioeconômicas e demográficas da área de influência.

possibilidades de tais ações no processo educativo.

Foram realizadas duas etapas de apropriação de dados por meio de procedimentos técnicos de pesquisa exploratória (GIL, 2008).

A primeira etapa se deu por meio da aplicação de questionário com questões fechadas para todo o coletivo de educadores de ensino fundamental (quatro anos finais) da escola participante da pesquisa, como forma de realizar o levantamento de informações referentes à problemática da pesquisa (GIL, 2008).

A segunda etapa se deu por meio de realização de entrevistas semiestruturadas com amostragem por cotas, em que seis educadores do ensino fundamental participaram, sendo que cada um destes educadores representava o coletivo de educadores de cada área de conhecimento ou disciplina curricular da escola. Participaram educadores que lecionam as disciplinas de história, matemática, ciências, língua estrangeira – inglês, língua portuguesa e educação física. Houve também distribuição equânime de cotas de participação por sexo e gênero, dessa forma tanto educadoras quanto educadores participaram de forma igualitária na segunda etapa da pesquisa.

No momento da seleção dos educadores que comporiam o coletivo para participação na segunda etapa da pesquisa, foram selecionados aqueles educadores que haviam participado da primeira etapa da pesquisa, ou seja, aqueles que haviam respondido o questionário e também que haviam demonstrado através das perguntas que utilizam ou já tenham utilizado os temas transversais em sala de aula como referência para trabalhar a questão da diversidade sexual e de gênero.

Foram realizadas análises mistas (quali-quantitativas) dos conteúdos das respostas dos

educadores nos questionários e dos discursos impregnados nas falas dos mesmos nas entrevistas para apresentação dos resultados finais da pesquisa.

Por meio da pesquisa foi possível evidenciar que praticamente todos os educadores da escola em que ocorreu a pesquisa conhecem a proposta dos Temas Transversais. Também se evidenciou que há conhecimento por parte do coletivo de educadores das outras propostas governamentais, educacionais e legislações vigentes que incidem sobre o assunto diversidade sexual e de gênero, sendo as mais conhecidas: as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Direitos Humanos e o Programa Brasil sem Homofobia.

Evidenciou-se que os temas transversais não são diretamente referenciados por todos os educadores quando da explicitação de suas experiências de ações que envolvem a questão da sexualidade e gênero.

Os educadores da escola em sua maioria consideram importante a inserção da discussão sobre o tema na educação e por vezes trabalham o assunto no cotidiano da escola, mas que na maior parte dos casos não é algo planejado ou elaborado previamente, ou seja, são ações que ocorrem de forma residual, de acordo com a evidenciação de demandas latentes e expressivas que emergem no contexto da sala de aula.

A gente não realiza. Eu particularmente na minha área de matemática raramente faço esse tipo de atividade, só quando surge durante a aula um problema que a gente interfere,

*dá orientação.
(Educadora de Matemática)*

Referente às concepções de diversidade sexual e de gênero dos educadores, o que foi revelado é que ainda existe muito desconhecimento, estranhamento e equívocos acerca desta realidade, como se pode verificar nas falas das professoras a seguir, ao tratarem a orientação sexual enquanto “opção” e “escolha”:

*Diversidade sexual compreendo como a opção sexual da pessoa, né, qual o sexo ela tem interesse em se relacionar.
(Educador de Educação Física)*

Eu penso que diversidade sexual é a possibilidade de escolha que cada um tem. (Educadora de língua estrangeira - Inglês)

*Diversidade sexual é homossexualismo, o hétero. Homossexualismo envolve homem e mulher; hétero os dois, acho que é só, né?
(Educadora de Matemática)*

Pode-se observar que a educadora de matemática utiliza o sufixo *ismo* para falar sobre a homossexualidade, sufixo este que carrega historicamente a marca do entendimento da vivência homossexual como doença. Quando a educadora vai se referir à vivência da heterossexualidade, a mesma não se utiliza de sufixos para expor sua concepção.

Há um sombreamento das vivências de sexualidade para além do binômio homossexualidade-heterossexualidade, bem como das identidades de gênero trans.

Apesar de ter surgido algumas considerações que

nos deixam compreender que os educadores percebem gênero enquanto categoria relacional, não foi visualizada por meio dos discursos apresentados a evidenciação do caráter desigual e machista que permeia as relações de gênero por conta da cultura patriarcal e heteronormativa.

As manifestações latentes que emergem no cotidiano escolar a partir das ações dos educadores ou mesmo espontaneamente por parte dos estudantes são: resistência para falar sobre o assunto por diversas motivações, como por exemplo religião e família; receio de ser discriminado ou “taxado” pelos pares; homofobia implícita e explícita; preconceito; discriminação; violência; conflitos internos; curiosidade e euforia; relato, demonstração e subjetivação da sexualidade. Vejamos alguns exemplos:

Então, dentro da dança, às vezes abordando uma dança popular que envolve dois parceiros homens principalmente, porque entre as mulheres é bem mais difícil de ter esse problema. Agora, entre os homens é muito difícil de se trabalhar. Essa parte da dança é o que mais foi difícil. Na verdade, às vezes não acontece a aula, né. “Ah, a gente não vai fazer, não vai fazer”, “se eu fizer a dança com outro menino, o menino vai falar que eu tenho uma outra orientação, então não vou fazer de jeito nenhum”, e não faz mesmo! É muito difícil de trabalhar. Então, tem esse preconceito muito forte na idade deles, eles

ainda não compreendem, não sabem que aquilo não quer dizer nada, que a opção deles é uma e a opção deles não vai mudar, que não é uma coisa que eles vão fazer que vai alterar a orientação dele.
(Educador de Educação Física)

Tem assim o preconceito: os outros alunos não aceitam eles. Riem, xingam, zombam, ficam fazendo brincadeiras de mau gosto, etc.
(Educadora de Matemática)

[...] a gente percebe na sala de aula, principalmente adolescentes, um conflito interno muito grande nos alunos. Inclusive já tivemos casos de alunos que choravam o tempo todo na sala de aula, e a gente perguntava, e o aluno não falava. E fica difícil porque aí o rendimento do aluno na sala de aula cai. Então, eu vejo que é um caso muito sério, e essa demanda é muito forte, ela grita por uma solução, pede que tenha pessoas preparadas para lidar, e na minha matéria por exemplo não temos uma preparação específica.
(Educador de Língua Portuguesa)

As dificuldades enfrentadas pelos educadores para estabelecerem propostas e ações que pautem a reflexão sobre diversidade sexual e de gênero são múltiplas, de ordem pessoal, do contexto escolar e também do contexto extraescolar.

Foram pontuadas as seguintes dificuldades: falta de formação e capacitação; receio de não saberem como lidar com as manifestações dos estudantes que possam ser suscitadas; posição ideológica pessoal, ou seja, suas

crenças e valores; não concordância com as propostas que são apresentadas; resistência dos estudantes e da família; não conhecimento da comunidade escolar sobre as transformações das legislações; posicionamento da direção que pode impedir este tipo de trabalho; descontinuidade das escassas propostas de formação continuada.

*Eu sinto dificuldade porque não tenho formação científica. Eu me sinto muito incapacitada de falar sobre isso porque eu não tenho nenhum estudo.
(Educadora de Matemática)*

*Eu acho muito difícil, eu sou uma pessoa muito honesta com meus alunos, então tudo o que eles me perguntam eu sempre vou responder com a verdade, e muitas vezes o aluno pergunta a nossa opinião, e na hora que pergunta a minha opinião, pra mim é muito difícil, porque eu vivo em um contexto que é muito tradicional, então eu tenho ainda alguns bloqueios a respeito dessa diversidade, sabe, eu estou sendo muito honesta com você. E tenho essa honestidade com meus alunos, então essa pra mim seria a maior dificuldade, é deixar os meus valores. Não sou preconceituosa de jeito nenhum, tenho vários alunos que tem opções sexuais diferentes da minha, mas eu ainda tenho uma resistência muito grande.
(Educadora de língua estrangeira – Inglês)*

Agora, as dificuldades externas são maiores, a própria escola também, a direção pode ter algum preconceito em tratar o assunto. Então, acho que eu tenho mais problemas externos do que internos.

(Educatora de Ciências)

[...] quando você aborda um tema como esse, eu tenho muito medo de como esses alunos vão levar para casa, então às vezes pode causar um problema gigantesco, porque se você é a favor o pai vem e fala que você tinha que se posicionar contra, se você é contra, o pai fala que você discrimina e tinha que ser a favor, então eu acho muito delicado.

(Educatora de língua estrangeira – Inglês)

A própria Diretoria de Ensino daqui de [nome da cidade] há uns dois anos atrás fez uma O.T (orientações técnicas) com os professores para a gente trabalhar o tema em sala de aula. Então eu comecei o trabalho, mas aí a Diretoria acabou não prosseguindo com o projeto.

(Educatora de Ciências)

Da mesma forma, as facilidades encontradas pelos educadores se caracterizam por serem de caráter pessoal, do contexto escolar, bem como do contexto extraescolar.

Concluímos por meio da análise dos dados dos questionários que a maioria dos educadores da escola considera como maior facilidade a existência de elementos dentro de suas áreas de conhecimento e disciplinas curriculares que permitam o diálogo sobre o assunto.

Houve divergência sobre a consideração da maior facilidade encontrada pelos educadores da escola que responderam os questionários com relação às informações das entrevistas. Na fala dos educadores, o fator que mais facilita a efetivação de ações educativas que pautem a diversidade sexual e de gênero é a emersão constante de manifestações e de demandas espontâneas

pelos estudantes.

Essa demanda é muito forte, ela grita por uma solução, pede que tenha pessoas preparadas para lidar.

(Educador de Língua Portuguesa)

Então assim, eu nunca abordei o assunto com os meus alunos, mas os alunos são muito próximos, então eles acabam pedindo a nossa opinião, eles acabam falando sobre a opção sexual de cada um, mas eu não me sinto preparada para dar início a uma discussão como essa.

(Educadora de língua estrangeira – Inglês)

Outros fatores facilitadores que foram vislumbrados são: existência de vínculos afetivos e de confiabilidade entre educadores e educandos; abertura que os próprios educadores têm para iniciar discussões e reflexões sobre o assunto; o fato de os mesmos possuírem iniciativa e proatividade na efetivação de ações e na busca por conhecimento e aperfeiçoamento de suas práticas; a existência da interdisciplinaridade; a utilização de recursos múltiplos como material midiático e audiovisual; a transversalidade dos conteúdos curriculares.

Tem alguns termos que eu posso até não conhecer muito bem o que significa, então eu teria essa dificuldade de conhecer todos, mas eu poderia correr atrás e entender cada um deles.

(Educadora de Ciências)

O que eu faço é conversar com os outros professores colegas, que sinto que tem mais aptidão e estão mais acostumados a

lidar com essa situação, e a gente troca ideias, informações e experiências sobre o que poderia ser feito [...]
(Educatador de Língua Portuguesa)

Sim, apesar da disciplina não ser totalmente focada, no caso História, mas por exemplo aqueles incidentes que houveram em Orlando, eu passei um filme para eles: “Orações para Bobby”, que discute bem sobre a temática, para eles verem vários ângulos que passam desde o contexto familiar, não é só na escola, mas a escola principalmente, é um espaço para se discutir isso, por que às vezes não tem isso na própria família [...]
(Educatadora de História)

Portanto, percebemos que são vastas e diversas as possibilidades, bem como os desafios postos à educação escolar para a inserção das propostas de discussão e reflexão sobre diversidade sexual e de gênero. Muito nos chama a atenção a fala da educadora que leciona a disciplina língua estrangeira (inglês) sobre a não efetivação da educação em seu sentido mais amplo, o de formação humana:

O que me faz sofrer muito é pensar o quão necessário isso é, o quão distante isso está da nossa educação. Por isso nós temos tantos alunos passando por bullying, sendo motivo de piadas na escola, alunas grávidas na adolescência. Então eu vejo que a educação nesse contexto está falha.
(Educatadora de língua estrangeira - Inglês)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse de tudo o que foi exposto, vislumbra-se que a realidade educacional se imbrica com a realidade social, cultural e econômica e, postular práticas educativas emancipatórias que se edifiquem na própria requisição dos direitos humanos tomados criticamente, solicita dos atores sociais que fazem parte da realidade da educação escolar não se deixem levar pela estagnação do senso crítico, estagnação esta capitaneada pelas determinações do próprio Capital.

Neste sentido, vislumbra-se que as expressões de estranhamento, equívoco, preconceito e negação existentes nas falas dos educadores resultam-se de processos ideológicos mitigados sócio historicamente, e não se deve culpabilizar os educadores que portam tais discursos, visto que são somente portadores de reflexos de uma complexa e muito mais ampla realidade.

O senso crítico que se solicita permite que os atores sociais, especificamente os educadores, desvendem o conjunto de expressões contraditórias que permeiam a realidade posta, vislumbrando que tanto nas possibilidades quanto nas dificuldades, desafios são postos.

Outrossim, o que se evidencia no âmbito da educação escolarizada é que a realidade social dos estudantes não fica no portão de entrada esperando que os mesmos saiam da escola.

Os estudantes carregam consigo nos diversos espaços e momentos escolares todo um conjunto de expressões da questão social que precisam ser levadas em consideração no processo de ensino e aprendizagem, para que de fato galgamos a qualidade educacional tão proclamada.

Os educadores são sujeitos que se inserem em um espaço institucional com atribuições específicas,

possuindo limites institucionais e não se constituem como seres onipotentes. Não é possível exigir que os mesmos dispensem competências que não possuam como incumbência.

Conclui-se também que o Estado enquanto proponente e executor de políticas sociais públicas pouco se faz presente no desenvolvimento de propostas consistentes que amparem as ações dos educadores no que se diz respeito à diversidade sexual e de gênero.

O investimento em formação inicial e continuada dos profissionais da educação, na infraestrutura das instituições e a expansiva abertura dos espaços de gestão democrática à participação dos setores da sociedade que pautem a questão LGBT, como por exemplo, os movimentos sociais organizados, são elementos primordiais para que sejam alcançados novos avanços na política educacional, no que se diz respeito a esta questão.

A partir dos resultados da pesquisa, muitos questionamentos emergem e demandam outras pesquisas aprofundadas. Alguns desses questionamentos são relacionados:

- Aos papéis e posicionamentos dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal acerca das movimentações existentes no âmbito do poder público e da sociedade civil que vislumbram construir e implementar propostas de inserção da temática diversidade sexual e de gênero ou que intentam impor regimes de censura para a prática docente sob a pretensa argumentação de que as escolas estão doutrinando os estudantes ao abordar temas de relevância social, como é o caso do projeto Escola Sem Partido, movimento que surgiu em 2004 e que tem influenciado projetos de lei em

âmbito municipal , estadual e federal;

- Ao investimento por parte do poder público em formação continuada e aperfeiçoamento profissional dos educadores;
- A ausência no documento de Diretrizes Nacionais para a Educação Básica de elementos que deem conta da questão da diversidade sexual e de gênero enquanto demanda específica e latente na educação;
- Aos posicionamentos e funções das Diretorias Regionais de Ensino no que tange a questão das propostas de inserção da temática diversidade sexual e de gênero no âmbito das escolas, bem como os limites e possibilidades que existem dentro deste espaço que se caracteriza como um braço da relação entre Governo Estadual e Sistemas de Ensino;
- Aos posicionamentos do Governo Estadual referentes à questão da diversidade sexual e de gênero e sua inserção no âmbito da educação formal, e especificamente na educação básica.
- As possibilidades de organização dos movimentos sociais e das entidades representativas dos profissionais da educação, como por exemplo, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) na pauta dessas demandas específicas para a educação.

Dessa forma, é necessário que se articulem propostas de políticas públicas educacionais e também intersetoriais, pois são múltiplas as dinâmicas que se

apercebem materializadas nas manifestações e demandas sociais trazidas pelos estudantes para dentro da escola.

Também se evidencia a necessidade de inserção de outros profissionais, como da área de Serviço Social, que possam atuar dentro do espaço institucional da escola contribuindo interdisciplinarmente com os processos de trabalho das equipes já existentes nas mesmas, no sentido da complementaridade.

E nestes processos de tensão, em que a violação de direitos insistem em se verificar, o profissional do Serviço Social, pode (e deve) atuar, em conjunto com os outros profissionais da política específica (quando for o caso), com vistas a fazer cessar esta situação. É válido ressaltar que, conforme o Código de Ética e o projeto ético-político da profissão, a defesa intransigente dos direitos de toda a população é compromisso deste profissional (CFESS, 2009). Dessa forma, compreender as peculiaridades desses sujeitos faz-se mister para que tais direitos sejam defendidos de maneira incansável. Assim, cabe a estes, na condição de educadores e em suas respectivas esferas de atuação, a mediação entre as dúvidas (das crianças e adolescentes) e as possíveis “respostas”, dentro do tempo cronológico e limite de maturidade de cada educando, pois a sexualidade não pode mais ser pensada como um assunto que fica numa redoma de vidro, sendo de exclusividade da família ou da escola (SOUZA; CATUSSO, 2015, p.11).

É preciso que sejam articuladas e somadas as forças institucionais, dos movimentos sociais, dos agentes do poder público e de todos aqueles que

acreditam na contribuição que a educação pode oferecer para o processo de construção de uma consciência coletiva crítica, para que não percamos de vista o horizonte a ser alcançado: a superação desta sociabilidade por uma outra sociabilidade verdadeiramente humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental – temas transversais: apresentação.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de LGBT no Brasil: relatório de 2016.** Salvador: GGB, 2016.

Disponível em:

<<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso em: 16 mai. de 2017.

OLIVIO, M C. O lugar das masculinidades na esfera da (re)produção: uma análise a partir de Lukács. In: Seminário Nacional de Teoria Marxista, 1., 2014, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, MG: Pueblo Editorial e Livraria/NEPRI-UFU, 2014. Disponível em: <<http://seminariomarx.com.br/eixo09/O%20lugar%20das%20masculinidades%20na%20esfera%20da%20reprodu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 04 mar. de 2017.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.

SILVA, A, A. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v.5, n.1, p.58-76, 2013. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/viewFile/19983/11588>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

SOUZA, I, P; CATUSSO, M, C. Um olhar para a diversidade como expressão da questão social: o trabalho do assistente social no espaço escolar na busca pela inclusão. In: Simpósio Internacional de Educação Sexual, 4., 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: NUDISEX, 2015. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/692.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/download/5298/3905>>. Acesso em: 05 abr. 2017.